

Estado e Modernidade em Alberdi e Sarmiento

Affonso Celso Thomaz Pereira

IFRJ/USP

Juan Bautista Alberdi e Domingo Faustino Sarmiento¹ figuram no panteão de escritores, políticos e intelectuais argentinos. Suas vidas públicas foram tão agitadas e intensas quanto sua produção intelectual durante o longuíssimo século XIX argentino, da guerra de independência em 1810, à consolidação do Estado Nacional em 1880. A interseção da política com o mundo das letras é uma marca de nossos personagens; os caminhos percorridos aproximam-se entre exílios, cargos públicos, contendas militares, disputas políticas e uma incessante produção intelectual; ao passo que se afastam pela disputa de poder. Suas trajetórias tornam Alberdi e Sarmiento nomes fundamentais para os estudiosos de história política, história intelectual, história cultural e institucional do século XIX argentino².

Sarmiento nasceu em 1811, num bairro pobre da província de San Juan; estudou sem regularidade e em 1827 entrou no exército federal; foi preso e exilado entre 1831 e 36, quando voltou para San Juan e fundou uma escola, um jornal (*EL Zonda*) e uma sociedade literária filiada à famosa *Asociación de Mayo*. A partir desse momento sua vida se confundirá com a própria atividade de político, jornalista e escritor. Em 1840 exila-se novamente no Chile por conta da guerra contra Juan Manuel de Rosas. É nomeado pelo governo daquele país para exercer cargo público na educação, quando viaja a Europa e Estados Unidos, entre 1845 e 48, para conhecer seus sistemas de ensino. Em 1851 alista-se no *Ejército Grande* comandado pelo General José Justo de Urquiza contra o tirano. Com a derrota de Rosas em 1852 é eleito deputado por San Juan. Em 1853, porém, volta ao Chile devido a conflitos com Urquiza, contra quem empenhou forte oposição desde a imprensa chilena. De volta ao país em 1855, mantém sua atividade de *periodista* e de pedagogo. É eleito conselheiro pela província de Buenos Aires. Em 1861, com a chegada do aliado Bartolomé Mitre à presidência, ascende na carreira política como senador, governador de San Juan em 1862 e depois como presidente de 1868 a 74. Morre em 1888. Nunca abandonou os ofícios de escritor, intelectual, político e jornalista, legando-nos uma rica e vastíssima obra reunida em 52 volumes³.

¹ As citações referentes a Alberdi e Sarmiento são originadas de suas obras completas (OC), seguido de algarismo romano indicando o volume, salvo em ocasiões devidamente apontadas. A referência completa de todas as obras em nota encontra-se na bibliografia ao final deste projeto.

² BOTANA: 1997; MYERS: 2002; SABATO: 1999 e 2006; LETTIERI: 2006; VIÑAS: 1999; TERÁN: 2009; PALTI: 2007, 2008; e ALTAMIRANO: 1997.

³ Cf. “El Facundo: La gran riqueza de la pobreza” por Noe Jitrik, em: SARMIENTO, D. F. *Facundo*. Caracas: Ayacucho, 1977, pp. ix - lii; e “Prefácio à edição brasileira” por Maria Lígia Coelho Prado, em: SARMIENTO, D.F. *Facundo. Civilização e barbárie*. Petrópolis: Vozes, 1997, pp 19 - 40.

Juan Bautista Alberdi nasceu em 1810 em Tucumán, filho de família de comerciantes, estudou no *Colegio de Ciencias Morales* e posteriormente na Escola de direito da Universidade de Buenos Aires – curso que continuaria em Córdoba, Montevidéu e concluiria no Chile, por conta das urgências políticas. Em 1837 participou do Salão Literário de Marcos Sastre e firmou seu nome como membro da *Generación de 37* e da *Asociación de Mayo*, no mesmo ano fundou o jornal *La Moda* em Buenos Aires. Em 1838, exilou-se em Montevidéu. Permaneceu ali até 1843 e em seguida em Valparaíso até 52, em todo este período dá continuidade a atividade de escritor e jornalista. Após a queda de Rosas, voltou à Argentina e escreveu um tratado constitucional, o qual foi tomado por base da nova Carta por Urquiza. Foi nomeado para cargos diplomáticos no exterior. Com a derrota de Urquiza para Mitre, perdeu seus cargos e saiu do país, retornando em 1878 eleito deputado por Tucumán. Morreu em 1884 em Paris. Sua produção encerra 8 volumes em *Obras Completas* e mais 16 volumes de artigos e outros avulsos publicados postumamente.⁴

A proposta desta pesquisa guia-se pela intensa atividade pública política e intelectual, como intérpretes, produtores e difusores de projetos de sociedade baseados nos ideais políticos liberais republicanos. Concentraremos nossos estudos entre 1845 e 1853, período que contempla a *passagem* da queda do regime rosista para a instituição da Constituição de 53. Acreditamos que o estudo do *discurso republicano* desenvolvido por nossos autores seja relevante, pois nele se articula um conjunto de conceitos e idéias formadores do vocabulário político argentino da primeira metade do século XIX. Com esta finalidade, lidaremos com um par de conceitos políticos fundamentais em torno do republicanismo e caros à história do liberalismo hispano-americano do século XIX, quais sejam: *representação* e *constituição*.

Esses conceitos revelam-se de especial importância para a compreensão da experiência política argentina da primeira metade do século XIX e para a conformação do republicanismo. Os conflitos políticos e guerras civis entre Buenos Aires e as províncias da Confederação Argentina em torno da formação de um Estado Nacional unificado possuem como fundamento a disputa em torno de um projeto constitucional ‘nacional’ e da legitimidade da representação política popular. Sendo assim, acreditamos que a investigação da linguagem política e do uso destes conceitos possa nos apresentar as forças em jogo no espaço de circulação das idéias. Sarmiento e Alberdi surgem como nomes privilegiados para a avaliação dessa produção e circulação das idéias políticas neste ambiente, pois a intensa biografia intelectual e política de ambos permite que acompanhem em diferentes aparatos materiais, em distintos contextos e propósitos a mobilização destes conceitos em defesa do republicanismo.

⁴ Os dados sobre os autores foram extraídos de “Apuntes Biográficos del Dr. D. Juan Bautista Alberdi” por don Manuel Bilbao, em ALBERDI *OC I* pp vii – xlv.;

Acreditamos que uma investigação como essa resulte de grande importância para a compreensão da produção intelectual e da prática política do liberalismo novecentista num momento em que cresce o interesse pelo passado e presente hispano-americanos nos departamentos de história do país.

O conceito de república era utilizado no período colonial como uma designação da jurisdição de uma cidade ou *pueblo*. Durante os anos revolucionários (c.1810-20), o conceito recebe uma carga de tempo e de consciência política de si em oposição ao passado colonial e à forma monárquica, e como afirmação dos valores liberais. Segundo defende a *Gaceta de Buenos Aires*, em 1816, o regime republicano é aquele “en que el plan representativo se halla adoptado ... y promete la cura que buscamos”⁵, assumindo, assim, a identidade com o sistema representativo, nos termos propostos por Guizot⁶, e o afastamento das convulsões geradas pela democracia popular. Os insucessos constitucionais nos anos 1810-20 e o regime ditatorial de Rosas de 1835 a 1852 não abalaram a crença no republicanismo de Alberdi e Sarmiento, que apostaram vivamente numa república representativa, constitucional e federativa.

No período colonial-absolutista prevalecia nas províncias a instituição do mandato imperativo. A passagem para o regime republicano e para o mandato representativo não se deu sem resistências, conforme testemunha a própria dificuldade na consolidação do Estado Nacional unificado (1810-1880). Os projetos de Sarmiento e Alberdi em torno da *representação* política coincidem na formação de um sistema bi-cameral de deputados locais e nacionais, seguindo o modelo norte-americano. Para Alberdi, o exercício eletivo deveria ser limitado, porque “el pueblo no está preparado para regirse por ese sistema”⁷, privilegiando, deste modo, o aspecto da liberdade negativa do sistema representativo. Para Sarmiento, ao contrário, instituições públicas deveriam ser incumbidas da educação universal e os cidadãos formados pelo Estado teriam participação ativa na formação das assembleias e eleição de seus representantes locais⁸. Entremeadado no tema da representação está o debate, de acentuado matiz tocquevileano, da *autonomia provincial* diante de um poder central mais ou menos forte, tema sobre o qual oscilam os autores em face do contexto político, como é possível observar nos discursos antes e depois da queda de Rosas.

Para Alberdi e Sarmiento, nos anos 1840, a questão da melhor forma de governo já estava resolvida a favor da república, seguindo a tendência do continente: “el gobierno americano ha

⁵ Di MEGLIO, G. “República”, p. 149. Em: GOLDMAN: 2008.

⁶ GUIZOT: 2008; ROSANVALLON: 1995.

⁷ ALBERDI: *Bases*, OC III, 188.

⁸ Diz Sarmiento sobre a nação argentina: “compuesta hoy de un millione de bárbaros ignorantes y pobres, gobernados por diez mil ricos y letrados no menos ignorantes en la ciencia de fundar y establecer la República” *Apud* BOTANA: 1997, 367.

sido proclamado por la ‘revolución americana’⁹. Decidia-se, em particular, qual tipo de república seria instaurada: sob “un criterio aristocrático en clave republicana” (SABATO: 2006, 270) e com um poder central forte, conforme projetos defendidos por Alberdi *neste momento*, para quem a possibilidade de uma sociedade liberal estava atrelada ao processo de povoamento europeu por imposição do Estado em detrimento da educação pública, ou num viés universalista, que defendia a democratização do ensino como instrumento para a civilização, e federalista, seguindo o modelo norte-americano da Constituição de 1787, como desejava *então* Sarmiento.

O papel ativo que cada um exerceu nos ambientes burocrático, político, jornalístico e acadêmico, ao longo de todo o período abordado, tornou nossos autores nomes de referência para seus contemporâneos. O modelo de diagnóstico histórico de Sarmiento em *Facundo*, por exemplo, é “representativo de toda una tradición de interpretación” (MEYERS: 2002, n14) da história argentina e, em particular, do rosismo. Já os prognósticos de Alberdi ao tentar compreender os *puntos de partida* da história argentina formou “el prólogo de la Argentina moderna”, pois entendeu que “la sociedad civil es un bien más importante que la sociedad política” e que os projetos para a boa Constituição, legitimada pela liberdade moderna, situam-se no meio do caminho entre Guizot e Tocqueville (BOTANA: 1997, 474), entre o sistema representativo, a soberania popular e o poder central forte.

Sugerimos que o pensamento político de Alberdi e Sarmiento seja fruto de diálogos estabelecidos entre suas concepções políticas e a realidade argentina; entre seus projetos de nação e sua história; e entre suas produções e as matrizes intelectuais com as quais estavam em contato. Entre estas matrizes buscamos nos debruçar sobre as que pareceram mais relevantes do ponto de vista dos próprios autores: a tradição francesa dos anos da Restauração com Guizot, Lammenais e Tocqueville¹⁰, a tradição norte-americana através da dos *Federalists* Hamilton, Madison e Jefferson¹¹, e a tradição política e intelectual hispano-colonial herdada com o pactismo e os cabildos, por exemplo¹². A precisão destas tradições faz-se importante na medida em que elas sustentam ideologicamente os projetos políticos levados a cabo pelos autores e conferem legitimidade e estofo de experiências passadas e presentes para as pretensões de momento.

⁹ GOLDMAN, N. “Constitución”, p. 47. em: GOLDMAN: 2008.

¹⁰ Cf. HERRERO: 2009; BOTANA: 1991 BOTANA: 1997; JARDIN: 1985; e ALBERDI: *Fragmentos...*, OC I.

¹¹ Cf. BOTANA: 1997; SARMIENTO: *Comentários...*, OC VIII; ALBERDI: *Estudios...*, OC V; e BALL e POCOCK: 1988

¹² Cf. CHIARAMONTE: 2009; GOLDMAN: 2008; GUERRA E LEMPERIERE: 1998; e TERNAVASIO: 2002.

Entendemos ainda que seja decisivo atentar para a especificidade das condições de realização do debate político no espaço público, o que envolve os suportes materiais que permitiam sua realização tais como o livro, o jornal, a revista¹³. Destacamos a importância do papel da imprensa, pois ela é, nesse contexto,

“el principal archivo y soporte material de la producción escrita destinada al público... el espacio donde tuvieron lugar las principales polémicas políticas y culturales... Periódicos, revistas y folletos fueron el espacio privilegiado para la resolución efectiva, en el plan discursivo, de una serie de preocupaciones que se planteaban en otros campos tales como la relación entre letrados y el poder político” (ROMÁN: 2003, 441)

Desse modo, acreditamos que *nossos autores contribuíram decisivamente para a consolidação de uma esfera pública de discussão literária, política e intelectual* por meio de sua participação destacada em jornais, revistas, livros e debates parlamentares.

A formação dos ‘espaços públicos’ deve ser analisada tomando-se em conta as forças históricas que presidem sua existência. O Salão Literário de Marcos Sastre¹⁴, que reuniu universitários, políticos, artistas e conformou a Geração de 1837, da qual fizeram parte Alberdi, membro fundador, e Sarmiento, por associação intelectual, pode ser entendido como um ponto de partida para a formação destes espaços públicos de discussão política. Ele refletia o clima político e social da sociedade platina nas primeiras décadas do século XIX como uma instância crítica com relativa independência do Estado. (Já um ano depois é fechado a mando do governo de Rosas). Assim, nos parece que a *Generación de 37*, o *Salón*, bem como as obras de Sarmiento e Alberdi, apresentam a reflexão política como uma permanente crítica de si, do presente, do papel dos intelectuais e da pergunta pela ação¹⁵. Esta postura dos atores vê-se reforçada pela publicidade do debate intelectual e político estabelecidos num ‘espaço público ampliado’ da sociedade argentina através de jornais, revistas e publicações num perímetro de fronteiras imprecisas.

¹³ Sabendo ser de fundamental importância o conhecimento e a problematização histórica e sociológica dos meios de circulação e divulgação, este não será, contudo, o objetivo de nosso trabalho. A reflexão sobre a formação dos jornais, seus editores, as condições de surgimento, ocaso e sobrevivência dos periódicos, editoras, e circulação dos mesmos sejam abordados quando necessário. Para tanto, ver: CIMORRA: 1946; FERNÁNDEZ: 1943; e MORENO: 1944.

¹⁴ Cf WEINBERG: 1977 e HERRERO: 2009.

¹⁵ O que nos remete ao conceito de esclarecimento como uma atitude político-intelectual elaborado por Foucault em ‘Qu’est-ce que les Lumières?’.

Nos anos 1830 e 1840, o governo de Juan Manuel de Rosas, chefe do partido federalista e governador de Buenos Aires, “constituyó siempre una configuración de poder marcadamente instable (...) la rebelión y la guerra civil constituyeron un peligro siempre latente” (MYERS: 2002, 20). A perseguição política, o exílio, a censura foram instrumentos de controle e de garantia da ‘unanimidade’¹⁶. A ditadura rosista¹⁷ foi pródiga na exclusão das forças políticas contrárias e no estabelecimento de um regime de lealdades baseado no binômio amigo/inimigo tendo como parâmetro a adesão ao partido-Estado, com especial ênfase a partir do bloqueio francês ao porto de Buenos Aires em 1838.

Após a expulsão dos franceses e a vitória sobre as forças unitárias em 1840 “se habría vuelto innecesario postular un futuro de transformaciones progresivas para la Argentina, como hacían los escritores románticos encandilados por la filosofía de la historia porque en el sistema rosista esa historia habría hallado ya su culminación” (MYERS: 2002, 72)¹⁸. Desde esse momento, Rosas e o partido federalista passam a estender o presente e seu governo para o futuro, consolidando formas de reprodução do poder, não raro violentas, enquanto seus publicistas investem em propaganda que legitime o governo diante da população. A tese de Jorge Myers de que Rosas desenvolve uma ordem republicana baseada em princípios clássicos-romanos, obriga-nos a distinguir este projeto daquele outro liberal constitucionalista defendido, cada qual a seu modo, por Alberdi e Sarmiento¹⁹.

A partir de 1851, inicia-se uma nova frente contra o governador de Buenos Aires sob o comando do General José Justo de Urquiza, governador de Entre Ríos, com apoio dos governos brasileiro e uruguaio. Rosas é derrotado em fevereiro de 1852, abrindo caminho para a restauração da ordem constitucional liberal republicana e, conseqüentemente, para a reinstauração de uma esfera pública livre no território ‘argentino’ aberta ao debate.

Após a derrubada de Rosas, o papel da imprensa é recolocado neste cenário político marcado pela volta da liberdade e pelos conflitos de secessão entre Buenos Aires e a Confederação. Os projetos políticos desenvolvidos por Alberdi e Sarmiento entre fins da década de quarenta e início dos anos cinquenta são agora redimensionados diante desta nova perspectiva. O tema predominante é a formação do novo governo e da nova carta constitucional. A afinidade de outrora no combate a Rosas é abalada pela disputa em torno do poder no governo de Urquiza:

¹⁶ TERNAVASIO: 1999 e 2002; SABATO: 1999.

¹⁷ MYERS: 2002; DONGHI: 1997 e 2005; SABATO 1999 e 2003; KATRA, 1996; DiMEGLIO: 2007; HERRERO: 2009; e WASSERMAN: 2008.

¹⁸ O tema das representações do tempo histórico associado ao discurso político, embora não faça parte de nosso tema central, constituirá parte de nossas preocupações em seu devido momento.

¹⁹ Cf. também DONGHI: 2005.

Alberdi ocupa um lugar de destaque, enquanto Sarmiento firma trincheira contra o ‘novo caudilho’. Com efeito,

“la polémica entre Alberdi y Sarmiento sintetiza este nuevo momento de la imprenta: Alberdi no sólo establece el campo polémico, sino que se coloca por fuera de una zona de riesgo, que ubica en el pasado: justamente la que borra los límites entre prensa y política” (ROMÁN: 2003, 451).

Antes de Caseros²⁰ as disputas políticas reconheciam a linguagem rosista de amigo e inimigo e decidiam-se necessariamente por um lado. Os projetos em jogo eram resolvidos num presente conflituoso em vista de um futuro renovado. Em sua nova posição, ao lado de Urquiza, Alberdi convoca a razão para si e localiza todo facciosismo fora do presente e da razão. Daí a crítica feroz lançada contra Sarmiento, acusando-o de ‘anarquista da imprensa’ (ALBERDI: *Estudios...* OC V, lvxxxii) preso às disputas do seu passado unitarista.

Durante os anos de 1845 e 1853, deve-se ter em conta que ao tratarmos de espaço público estamos lidando com uma dimensão geograficamente ampliada, mas que mantém característica nacionais, pois a atividade intelectual de Alberdi e Sarmiento – bem como de grande parte da *Generación de 37* - deu-se fora dos limites da atual Argentina. Assim, Santiago, Valparaíso, Montevidéu e outras cidades entre Chile e Uruguai (eventualmente Rio de Janeiro e Paris) passam a compor o que denominaremos de ‘espaço público ampliado’, produzido pela atividade política, intelectual e periodista²¹ presa ao universo de interesse político nacional.

A presença marcante de Alberdi e Sarmiento em livros, jornais e revistas, e a circulação destes textos e idéias neste ‘espaço público ampliado’ tornam-se, por si, um ato político. A través da constituição deste espaço público, onde atua a opinião de setores sociais em vista da condução política da sociedade de acordo com seus interesses, “se incorpora un nuevo ámbito al reino de la política”. De acordo com Elias Palti,

“Son los propios sujetos los que deben dictarse a si mismos las normas que habrían de regir su vida comunal (...) La idea de la *inmanencia* de las normas ... será, en efecto, lo que abrirá las puertas a la *politización* de la propia esfera pública” (PALTÍ: 2007, 168).

²⁰ Batalha de Caseros em fevereiro de 1852 que marca a derrota de Rosas para o *Ejército Grande* comandado por Urquiza.

²¹ Entre os anos 1820 a 1840 “muchos periódicos y semanarios fueron apareciendo, con distintas frecuencia y tiradas, hasta producir un circuito bastante estable por el que la opinión publica (...) cobraría vigor y el proceso comunicacional llegaría, aunque no homogéneamente y percutido por la lucha política, a establecerse con visos de continuidad definitiva”, (PAS: 2006, 68-69)

Acreditamos que seja neste sentido que Robert Darnton conclama a história social das idéias a ir para o arquivo e descobrir os meios de difusão da leitura, de circulação das idéias, dos agentes sociais produtores das idéias e sua inserção no jogo político do momento, e recusar-se a tomar o século XVIII por Voltaire²².

²² DARNTON: 1990, 223.